

Sexualidade, gênero e políticas públicas: abordagens socioantropológicas e interseccionais a partir da América Latina

Sexuality, gender and public policies: socio-anthropological and intersectional approaches from Latin America

Marco Aurélio da Silva

Universidade Federal de Santa Maria

<https://orcid.org/0009-0006-7358-5814>

marcoaurelio22000@yahoo.com.br

Resumo

O artigo analisa as políticas públicas de gênero e sexualidade na América Latina a partir de uma perspectiva socioantropológica, interseccional e decolonial. Parte-se do problema de compreender como tais políticas operam simultaneamente como dispositivos de regulação e como espaços de disputa, considerando as intersecções entre governamentalidade neoliberal, colonialidade de gênero e práticas de resistência. Metodologicamente, trata-se de um ensaio teórico fundamentado em revisão bibliográfica recente (a partir de 2018) nos campos da antropologia, sociologia e filosofia, com ênfase em autoras/es latino-americanas/os. O estudo demonstra que, embora orientadas por marcos de direitos, as políticas públicas tendem a reproduzir lógicas normativas e desigualdades estruturais, ao mesmo tempo em que são tensionadas por práticas insurgentes que produzem alternativas baseadas no comum, no cuidado e na pluralidade ontológica. Conclui-se que a construção de políticas mais justas depende da incorporação de epistemologias plurais, da

valorização das experiências dissidentes e da adoção de abordagens interseccionais e situadas.

Palavras-chave: gênero; sexualidade; políticas públicas; colonialidade; interseccionalidade.

Abstract

This article analyzes public policies on gender and sexuality in Latin America from a socio-anthropological, intersectional, and decolonial perspective. It addresses the problem of how such policies operate simultaneously as regulatory devices and as spaces of dispute, considering the intersections between neoliberal governmentality, gender coloniality, and practices of resistance. Methodologically, it is a theoretical essay based on a critical review of recent literature (from 2018 onwards) in anthropology, sociology, and philosophy, with emphasis on Latin American authors. The study demonstrates that, although guided by human rights frameworks, public policies tend to reproduce normative logics and structural inequalities, while also being challenged by insurgent practices that produce alternatives grounded in the commons, care, and ontological plurality. It concludes that the construction of more just policies depends on the incorporation of plural epistemologies, the recognition of dissident experiences, and the adoption of intersectional and situated approaches.

Keywords: gender; sexuality; public policies; coloniality; intersectionality.

Introdução

As discussões contemporâneas sobre sexualidade, gênero e políticas públicas na América Latina configuram um campo analítico complexo, atravessado por disputas epistêmicas, normativas e ontológicas que tensionam os próprios fundamentos da produção social da realidade. Longe de constituírem categorias estáveis ou universais, gênero e sexualidade emergem como construções históricas situadas, profundamente marcadas por processos de colonialidade, por racionalidades neoliberais e por dinâmicas de poder que operam tanto no nível institucional quanto na constituição das subjetividades. Nesse contexto, a produção social da subjetividade não apenas reflete estruturas sociais preexistentes, mas atua como dimensão constitutiva dos regimes de poder, incidindo diretamente sobre corpos generificados, racializados e sexualmente dissidentes.

A centralidade dessa problemática se intensifica quando se considera o papel das políticas públicas como dispositivos privilegiados de regulação da vida social. Ao mesmo tempo em que tais políticas são frequentemente formuladas sob o signo da ampliação de direitos e da promoção da igualdade, elas também operam por

meio de mecanismos classificatórios, normativos e disciplinadores que delimitam os contornos do reconhecível e do governável. Assim, as políticas públicas de gênero e sexualidade configuram-se como espaços ambivalentes, nos quais coexistem práticas de inclusão e processos de normalização, revelando a complexidade das relações entre Estado, sociedade e subjetividade na contemporaneidade latino-americana.

O problema de pesquisa que orienta este artigo pode ser formulado nos seguintes termos: de que modo as políticas públicas de gênero e sexualidade na América Latina operam simultaneamente como dispositivos de regulação e como espaços de disputa, considerando as intersecções entre governamentalidade neoliberal, colonialidade e práticas de resistência? Tal questão implica reconhecer que essas políticas não podem ser compreendidas de forma unívoca, exigindo uma abordagem capaz de captar suas múltiplas dimensões e contradições, bem como os diferentes atores e racionalidades que nelas se entrecruzam.

A partir dessa problemática, formulam-se três hipóteses centrais. Em primeiro lugar, sustenta-se que as políticas públicas voltadas à sexualidade e ao gênero, ainda que orientadas por marcos normativos de direitos humanos, tendem a reproduzir lógicas regulatórias que reiteram desigualdades estruturais, especialmente quando ancoradas em categorias universalizantes e descontextualizadas. Em segundo lugar, argumenta-se que tais políticas são atravessadas por dinâmicas de colonialidade que invisibilizam ou subordinam epistemologias e experiências latino-americanas dissidentes, reproduzindo hierarquias de saber e poder. Por fim, propõe-se que práticas sociais e políticas insurgentes especialmente aquelas articuladas por movimentos feministas, transfeministas e decoloniais tensionam esses dispositivos, abrindo fissuras nos regimes hegemônicos e produzindo alternativas orientadas pelo comum, pelo cuidado e pela pluralidade ontológica.

Metodologicamente, o artigo se estrutura como um ensaio teórico de caráter interdisciplinar, fundamentado em revisão bibliográfica crítica e analítica de produções recentes, sobretudo a partir de 2018, nos campos da antropologia, sociologia e filosofia. A abordagem adotada é qualitativa e orientada por uma perspectiva interpretativa, que busca articular diferentes matrizes teóricas sem incorrer em contradições epistemológicas, privilegiando convergências analíticas em torno da crítica à colonialidade, ao neoliberalismo e às formas contemporâneas de regulação da vida. Tal escolha metodológica justifica-se pela natureza do objeto, que exige um

tratamento conceitual aprofundado e sensível às especificidades históricas e regionais da América Latina.

Nesse sentido, o artigo organiza-se a partir de um eixo analítico que articula quatro dimensões centrais: (i) a governamentalidade neoliberal e suas implicações para a regulação das sexualidades; (ii) a colonialidade de gênero e sua relação com dinâmicas necropolíticas e interseccionais; (iii) as ontologias dissidentes e a crítica às categorias universalizantes; e (iv) as políticas públicas orientadas pelos transfeminismos e pelas ecologias do cuidado. Essa estrutura não apenas orienta o desenvolvimento argumentativo, mas também permite evidenciar as conexões entre diferentes níveis de análise, desde os dispositivos institucionais até as experiências vividas pelos sujeitos.

A ênfase em autoras e autores latino-americanos responde à necessidade de deslocar o eixo tradicional de produção do conhecimento, historicamente centrado em perspectivas eurocêntricas. Ao privilegiar contribuições situadas, o artigo busca não apenas ampliar o repertório teórico, mas também afirmar a legitimidade de epistemologias produzidas a partir do Sul global. Tal deslocamento é fundamental para a construção de análises mais sensíveis às especificidades regionais e para o enfrentamento das desigualdades epistêmicas que atravessam o campo acadêmico.

À adoção de uma perspectiva interseccional como chave analítica para compreender as múltiplas formas de opressão e resistência que atravessam as experiências de gênero e sexualidade. Ao considerar as intersecções entre gênero, raça, classe, territorialidade e outras dimensões da diferença, torna-se possível apreender a complexidade das dinâmicas sociais e evitar reducionismos que obscurecem as especificidades dos contextos latino-americanos. Essa abordagem permite, ainda, evidenciar como as políticas públicas podem tanto reproduzir quanto desafiar essas desigualdades.

Este artigo parte do pressuposto de que a análise das políticas públicas de gênero e sexualidade não pode se limitar à dimensão normativa ou institucional, devendo incorporar também as práticas sociais, os saberes situados e as experiências concretas dos sujeitos. Ao articular diferentes perspectivas teóricas e empíricas, busca-se contribuir para a construção de um campo analítico mais crítico, plural e comprometido com a transformação social, no qual a diversidade não seja tratada como exceção, mas como elemento constitutivo das dinâmicas sociais contemporâneas.

Governamentalidade, biopolítica e regulação das sexualidades

A governamentalidade refere-se ao conjunto de racionalidades e técnicas por meio das quais o poder orienta a conduta dos sujeitos, operando não apenas por imposição externa, mas pela indução à autogestão e à internalização de normas. No contexto contemporâneo, essa forma de poder se expressa na produção de sujeitos que se regulam a si mesmos segundo imperativos de desempenho, eficiência e responsabilidade individual, conforme analisado por Han (2018; 2020), evidenciando um deslocamento do controle disciplinar para formas mais difusas e interiorizadas de condução da vida social.

A biopolítica, por sua vez, diz respeito à gestão da vida em nível populacional, operada por meio de dispositivos que organizam corpos, práticas e processos vitais segundo critérios de normalidade, saúde e produtividade. Trata-se de uma racionalidade que não atua apenas sobre indivíduos isolados, mas sobre a população como um todo, definindo padrões desejáveis de existência e intervindo na regulação da vida biológica e social. Nesse sentido, a biopolítica estabelece as condições gerais dentro das quais os sujeitos são governados, articulando saberes e práticas que classificam, monitoram e normalizam a vida.

A regulação das sexualidades constitui o ponto de convergência desses dois níveis, manifestando-se nos modos pelos quais normas sociais são produzidas, disseminadas e incorporadas na experiência cotidiana. No campo das sexualidades, a governamentalidade atua na formação de subjetividades que se autogerem conforme expectativas sociais, enquanto a biopolítica define os parâmetros de normalidade que orientam essa autogestão. O resultado é a produção de identidades que, embora frequentemente apresentadas sob o signo da liberdade e da diversidade, permanecem delimitadas por critérios normativos de reconhecimento. Assim, a regulação das sexualidades não se restringe a dispositivos legais ou institucionais, mas se realiza na internalização cotidiana de padrões que moldam práticas, desejos e formas de existência (Han, 2018; 2020; Rosa, 2019).

A governamentalidade contemporânea, especialmente em sua inflexão neoliberal, constitui um eixo analítico decisivo para compreender as políticas públicas de gênero e sexualidade como dispositivos de produção de subjetividades. Mais do que

operar por coerção direta, o poder incide por meio de mecanismos difusos de indução à autogestão, nos quais os sujeitos são convocados a se constituírem conforme imperativos de desempenho, eficiência e autorresponsabilização, conforme argumenta Han (2018; 2020). Esse deslocamento sinaliza uma transformação significativa nas formas de regulação social, na medida em que o controle deixa de se organizar prioritariamente a partir de imposições externas e passa a operar por meio da internalização de normas. Tais normas atravessam práticas cotidianas, modos de vida e processos identitários, configurando uma governamentalidade capilar que produz subjetividades alinhadas a padrões socialmente legitimados. No campo das sexualidades, essa dinâmica se traduz na constituição de sujeitos que, embora inscritos em discursos de liberdade e diversidade, permanecem orientados por parâmetros normativos que delimitam as formas legítimas de existência.

No contexto latino-americano, essa lógica adquire contornos específicos ao articular-se com regimes de violência estrutural. Valencia (2018), ao propor o conceito de “capitalismo gore”, evidencia que a racionalidade neoliberal não apenas regula a vida, mas também instrumentaliza a morte como mecanismo de controle e acumulação. Em cenários periféricos, a regulação das sexualidades ultrapassa a normatização discursiva e institucional, incorporando formas extremas de disciplinamento que expõem corpos dissidentes sobretudo aqueles atravessados por intersecções de gênero, raça e classe à precarização e à eliminação. Nesse sentido, a gestão das sexualidades revela-se inseparável da produção diferencial de vulnerabilidades, evidenciando que a governamentalidade neoliberal, quando situada em contextos marcados por desigualdades históricas, opera simultaneamente como gestão da vida e administração da morte.

No âmbito das políticas públicas, observa-se uma dinâmica constitutivamente ambivalente entre reconhecimento e normalização. Ao mesmo tempo em que ampliam direitos por meio do reconhecimento jurídico de identidades e da institucionalização de garantias formais, essas políticas operam por classificações que tornam as experiências inteligíveis ao aparato estatal. Esse movimento implica a tradução da diversidade em categorias administráveis, o que tende a estabilizar identidades marcadas por fluidez e heterogeneidade. Desse modo, a inclusão institucional não se realiza sem custos, uma vez que frequentemente exige a adequação dos sujeitos a parâmetros normativos previamente estabelecidos, revelando que o reconhecimento estatal da diferença está intrinsecamente vinculado a processos de regulação que delimitam as formas legítimas de existência.

Essa racionalidade classificatória é tensionada quando considerada à luz da crítica de Rosa (2019), que evidencia os limites das instituições contemporâneas orientadas por lógicas instrumentais e aceleradas. No campo das políticas de gênero e sexualidade, tais limites se expressam na tendência de reduzir a complexidade das experiências subjetivas a indicadores, metas e protocolos operacionais. Essa redução compromete a capacidade das políticas de estabelecer relações de ressonância com os sujeitos, produzindo formas de distanciamento e alienação. Assim, a dificuldade de traduzir a densidade das experiências vividas em dispositivos institucionais revela não apenas um problema de implementação, mas uma limitação estrutural das racionalidades que orientam a ação estatal.

A articulação entre governamentalidade e biopolítica permite aprofundar essa análise ao evidenciar que as políticas públicas operam como dispositivos de gestão da vida. Ao organizar populações segundo critérios normativos relacionados à saúde, reprodução, comportamento e identidade, tais políticas produzem classificações que estruturam a vida social de forma hierarquizada. No contexto latino-americano, essas classificações se entrelaçam com desigualdades históricas, incidindo de maneira diferenciada sobre grupos sociais e reforçando processos de exclusão. A sexualidade, nesse quadro, deixa de ser compreendida como dimensão estritamente privada e passa a constituir um campo estratégico de intervenção estatal, no qual se definem, de forma contingente e politicamente situada, os limites entre o aceitável e o desviante.

Essa dinâmica é reconfigurada pela crescente centralidade dos dispositivos digitais e informacionais na regulação das subjetividades contemporâneas. A expansão de tecnologias de monitoramento, coleta de dados e mediação algorítmica amplia significativamente a capacidade de classificação, vigilância e modulação dos comportamentos. Identidades de gênero e sexualidade passam a ser continuamente registradas, analisadas e organizadas em ambientes digitais, o que intensifica os mecanismos de controle ao mesmo tempo em que produz novas formas de visibilidade e expressão. Essa ambivalência evidencia que a governamentalidade digital não apenas reforça dispositivos normativos, mas também reconfigura os modos de produção da subjetividade, articulando visibilidade, controle e produção de dados em escalas inéditas.

Nesse cenário, a incorporação de discursos de diversidade e inclusão pelo próprio neoliberalismo revela uma dinâmica sofisticada de captura das demandas sociais. Pautas historicamente construídas por movimentos LGBTQIA+ são parcialmente

assimiladas por mercados e instituições, convertendo-se em formas de reconhecimento compatíveis com a lógica produtiva e consumista. Essa assimilação, contudo, não implica transformação estrutural, mas tende a produzir formas de inclusão condicionada, nas quais apenas determinadas expressões de gênero e sexualidade são legitimadas. Desse modo, a diversidade é incorporada de maneira seletiva, reafirmando que os processos de inclusão podem coexistir com a reprodução de desigualdades e exclusões.

Apesar dessas dinâmicas de normatização e controle, as políticas públicas não se configuram como um campo homogêneo ou unidirecional. Ao contrário, constituem-se como espaços de disputa nos quais diferentes racionalidades, interesses e projetos de sociedade se confrontam. Movimentos sociais, coletivos e sujeitos dissidentes têm tensionado continuamente os limites impostos pelas formas hegemônicas de governamentalidade, produzindo fissuras nos dispositivos de regulação e abrindo possibilidades de reconfiguração. Nesse sentido, a regulação das sexualidades deve ser compreendida como um campo de forças dinâmico, no qual coexistem processos de normalização e práticas insurgentes, evidenciando que a produção de subjetividades permanece sempre aberta a disputas, contradições e transformações.

Colonialidade de gênero, necropolítica e interseccionalidade

Se, na seção anterior, demonstrou-se que a governamentalidade neoliberal e a biopolítica operam por meio da produção de subjetividades reguladas e pela gestão diferencial da vida, é necessário agora deslocar a análise para o plano das condições histórico-estruturais que tornam tais operações possíveis e socialmente eficazes. Nesse sentido, a colonialidade de gênero não aparece como um eixo adicional, mas como a matriz que antecede, sustenta e dá inteligibilidade às formas contemporâneas de regulação das sexualidades. Ao invés de constituir um fenômeno paralelo, ela fornece o horizonte histórico e epistêmico no qual a governamentalidade e a biopolítica se inscrevem e adquirem densidade específica no contexto latino-americano.

A partir dessa chave, a colonialidade de gênero pode ser compreendida como o princípio organizador das hierarquias que estruturam a produção social das diferenças. Conforme argumenta Segato (2018; 2021), o processo colonial não apenas instituiu classificações raciais e econômicas, mas reconfigurou os sistemas de

gênero ao impor um modelo patriarcal, binário e hierarquizado, desarticulando formas plurais de organização social. Essa reconfiguração não se esgota no passado colonial, mas permanece operando como racionalidade ativa, incidindo sobre instituições, políticas públicas e modos de subjetivação. Assim, os dispositivos de governamentalidade anteriormente analisados não atuam em um vazio normativo, mas sobre um terreno já estruturado por distinções que definem, de forma desigual, os limites do reconhecível, do governável e do descartável.

É precisamente nesse ponto que a necropolítica emerge como desdobramento específico dessas condições estruturais. Se a biopolítica, conforme discutido anteriormente, organiza a gestão da vida, a necropolítica nos termos de Mbembe (2018; 2021) explicita o momento em que essa gestão se converte em administração diferencial da morte. Tal deslocamento não representa uma ruptura, mas uma intensificação das lógicas já presentes na articulação entre governamentalidade e colonialidade. Na América Latina, essa intensificação se manifesta na produção sistemática de vulnerabilidade dirigida a corpos feminilizados, racializados e dissidentes, cuja existência é frequentemente situada em zonas de abandono institucional e exposição à violência. Desse modo, a necropolítica revela o limite extremo das racionalidades regulatórias, evidenciando que a produção de subjetividades normativas convive, estruturalmente, com a autorização tácita para a eliminação de vidas consideradas excedentes.

A interseccionalidade funciona como ferramenta analítica que permite compreender como essas estruturas incidem de forma diferenciada sobre os sujeitos, a partir da articulação entre múltiplos marcadores sociais, como gênero, raça, classe e territorialidade. Ao evidenciar que as desigualdades não operam isoladamente, mas de maneira combinada, essa abordagem possibilita analisar com maior precisão os efeitos concretos da colonialidade e da necropolítica. Desse modo, os três conceitos se articulam em níveis distintos: a colonialidade como estrutura histórica, a necropolítica como forma de operação extrema do poder e a interseccionalidade como chave de leitura dessas dinâmicas (Segato, 2018; 2021; Mbembe, 2018; 2021; Valencia, 2018).

Para apreender como essas dinâmicas se distribuem concretamente, a interseccionalidade opera como ferramenta analítica indispensável, sem, contudo, se confundir com os níveis estruturais anteriormente delineados. Diferentemente da colonialidade que organiza o campo e da necropolítica que expressa sua radicalização,

a interseccionalidade permite mapear a forma pela qual múltiplos marcadores sociais se articulam na produção de desigualdades. Ao considerar simultaneamente gênero, raça, classe, sexualidade e territorialidade, essa abordagem evidencia que os efeitos da governamentalidade e da necropolítica não são homogêneos, mas incidem de maneira diferenciada sobre sujeitos situados em posições específicas. Assim, evita-se tanto a generalização abstrata quanto a fragmentação analítica, permitindo compreender a complexidade das experiências sociais sem reduzir sua densidade.

Essa articulação entre estrutura histórica, operação do poder e mediação analítica torna visíveis os mecanismos pelos quais as políticas públicas reproduzem invisibilidades. Como já indicado na discussão sobre governamentalidade, o Estado opera por meio de classificações que tornam os sujeitos inteligíveis. No entanto, quando essas classificações se apoiam em matrizes coloniais, elas tendem a excluir experiências que escapam aos seus parâmetros normativos. A universalidade aparente das políticas encobre, assim, processos seletivos que reiteram hierarquias, ao tornar invisíveis formas dissidentes de viver gênero e sexualidade. A interseccionalidade, nesse contexto, permite explicitar que essa exclusão não é aleatória, mas sistematicamente produzida na interseção entre diferentes eixos de desigualdade.

A dimensão territorial aprofunda essa análise ao evidenciar que tais processos se materializam de forma desigual no espaço. As dinâmicas de governamentalidade digital e biopolítica, discutidas anteriormente, não operam de maneira uniforme, sendo atravessadas por desigualdades geopolíticas que intensificam seus efeitos em contextos periféricos. Na América Latina, territórios marcados por precarização econômica, violência estrutural e baixa presença estatal configuram zonas privilegiadas de incidência da necropolítica. Corpos dissidentes localizados nesses espaços experimentam formas ampliadas de vulnerabilidade, o que reforça a necessidade de compreender a regulação das sexualidades como fenômeno simultaneamente social, político e territorial.

A inflexão epistemológica proposta por perspectivas situadas, como a epistemologia travesti de Wayar (2021) e as epistemologias do Sul de Santos (2019; 2020), tensiona diretamente esse quadro ao deslocar os critérios de produção do conhecimento. Se a governamentalidade opera também por meio da definição do que é inteligível, essas abordagens introduzem formas outras de saber que desafiam os regimes normativos analisados na seção anterior. Ao afirmar a legitimidade de

experiências dissidentes como fonte de conhecimento, tais perspectivas não apenas criticam os limites das políticas públicas, mas propõem uma reconfiguração de seus próprios fundamentos epistemológicos, abrindo espaço para formas mais plurais e situadas de intervenção.

A articulação entre governamentalidade, colonialidade e necropolítica permite compreender que as políticas públicas de gênero e sexualidade não se limitam a dispositivos de regulação, mas constituem campos dinâmicos de disputa. As práticas insurgentes desenvolvidas por movimentos feministas, negros, indígenas e transfeministas tensionam continuamente os limites dessas racionalidades, produzindo fissuras nos dispositivos de poder anteriormente descritos. Nesse sentido, se a seção anterior evidenciou a capacidade das políticas de produzir subjetividades normativas, a presente análise demonstra que essa produção é permanentemente atravessada por resistências que reconfiguram, ainda que de forma situada e contingente, os horizontes do possível.

Ontologias dissidentes e pluralidade das experiências

Pois, bem!? A seção anterior, demonstrou-se que a colonialidade de gênero estrutura historicamente as hierarquias que organizam a vida social e que a necropolítica expressa a radicalização dessas hierarquias na forma de uma gestão diferencial da morte, torna-se necessário avançar analiticamente para compreender como, mesmo sob tais condições, emergem formas de existência que escapam, tensionam e reconfiguram esses regimes de poder. É nesse ponto que a noção de ontologias dissidentes adquire centralidade, não como abstração teórica desvinculada da realidade, mas como expressão concreta de modos de vida que persistem, resistem e se reinventam nos interstícios das estruturas analisadas anteriormente.

Ao considerar o conceito de pluriverso, conforme proposto por Escobar (2018; 2020), é possível compreender que as formas de existência não se reduzem às categorias produzidas pela matriz colonial e pelas racionalidades estatais. Em termos concretos, isso significa reconhecer que experiências de gênero e sexualidade na América Latina não seguem um padrão único, mas se constituem em múltiplos contextos indígenas, periféricos, urbanos, rurais cada qual com suas próprias lógicas de organização. Por exemplo, identidades de gênero em determinadas comunidades tradicionais podem não se alinhar às classificações binárias predominantes nas

políticas públicas, o que evidencia os limites das categorias universais frente à diversidade efetiva das experiências. Assim, se a colonialidade define o que é considerado legítimo, as ontologias dissidentes revelam que essa legitimidade é sempre parcial e contestada.

A pluralidade das experiências, por sua vez, refere-se à manifestação concreta dessas ontologias no cotidiano social, evidenciando que identidades e práticas são produzidas em contextos relacionais e históricos. Contribuições como as de Wayar (2021) destacam o caráter produtivo das experiências dissidentes, enquanto Latour (2018; 2021) e Stengers (2019) permitem compreender essas experiências como processos relacionais, constituídos em redes heterogêneas. Assim, os conceitos se articulam ao indicar que a diversidade não é exceção, mas condição constitutiva da vida social, exigindo abordagens analíticas e políticas capazes de reconhecê-la em sua complexidade (Escobar, 2018; 2020; Wayar, 2021; Latour, 2018; 2021; Stengers, 2019).

Essa tensão torna-se ainda mais evidente quando observamos experiências que se constituem à margem ou em confronto direto com os regimes de inteligibilidade dominantes. A contribuição de Wayar (2021) permite compreender que vivências travestis, longe de serem apenas excluídas, produzem formas próprias de sociabilidade, conhecimento e organização da vida. Em contextos urbanos latino-americanos, redes coletivas de cuidado entre pessoas trans e travestis envolvendo moradia compartilhada, estratégias de sobrevivência e apoio mútuo configuram práticas concretas que não apenas resistem à precarização imposta por dinâmicas necropolíticas, mas também afirmam modos alternativos de existência. Nesse sentido, tais experiências não podem ser reduzidas a categorias de vulnerabilidade; elas também expressam capacidade de invenção social diante de condições adversas.

A perspectiva relacional desenvolvida por Latour (2018; 2021) e Stengers (2019) contribui para aprofundar essa análise ao demonstrar que essas formas de existência não são isoladas, mas constituídas em redes de relações. Isso permite compreender que as experiências dissidentes não emergem fora das estruturas de poder, mas em interação constante com elas. Por exemplo, a forma como uma pessoa LGBTQIA+ se apresenta em espaços distintos escola, trabalho, comunidade não é fixa, mas varia conforme as condições de segurança, reconhecimento e pertencimento. Essa variação evidencia que as identidades são processos situados, moldados tanto pelas

restrições impostas pela colonialidade e pela necropolítica quanto pelas possibilidades de resistência e criação que emergem nesses mesmos contextos.

No campo das políticas públicas, essa articulação revela um ponto crítico: se, como visto anteriormente, o Estado opera por classificações que organizam a vida e definem quem deve ser protegido ou abandonado, as ontologias dissidentes evidenciam os limites desses mecanismos. Situações concretas, como a dificuldade de pessoas trans acessarem serviços públicos devido à incompatibilidade entre identidade de gênero e registros oficiais, demonstram como categorias administrativas podem reproduzir exclusões já estruturadas pela colonialidade. Do mesmo modo, formas coletivas de organização familiar e comunitária frequentes em contextos periféricos muitas vezes não são reconhecidas pelas políticas, o que reforça desigualdades ao invisibilizar práticas reais de cuidado e solidariedade.

A interseccionalidade, mobilizada na seção anterior como ferramenta analítica, revela aqui sua importância prática ao permitir compreender como essas exclusões se distribuem de forma diferenciada. Corpos dissidentes não vivenciam a regulação ou a violência de maneira homogênea: uma mulher trans negra em uma periferia urbana, por exemplo, enfrenta condições distintas e frequentemente mais intensas de vulnerabilidade do que sujeitos situados em posições sociais mais privilegiadas. Ao mesmo tempo, é nesses contextos que emergem redes de apoio e estratégias coletivas que evidenciam a capacidade de resistência e reconfiguração das condições impostas.

A dimensão territorial reforça essa leitura ao demonstrar que as ontologias dissidentes estão profundamente enraizadas em contextos específicos. Em regiões onde a presença estatal é limitada ou marcada por violência, formas comunitárias de organização tendem a assumir papel central na sustentação da vida. Em comunidades tradicionais, por sua vez, práticas culturais e espirituais podem sustentar compreensões de gênero e sexualidade que não se alinham aos modelos hegemônicos. Esses exemplos indicam que a pluralidade das experiências não é uma exceção, mas uma característica constitutiva das sociedades latino-americanas.

Assim, as ontologias dissidentes não apenas tensionam as estruturas analisadas anteriormente, mas também apontam para possibilidades concretas de transformação. Se a colonialidade define os marcos de exclusão e a necropolítica evidencia seus efeitos mais extremos, as experiências dissidentes mostram que esses processos

nunca são absolutos. Ao contrário, são constantemente atravessados por práticas que produzem outras formas de viver, organizar e significar a vida social. No campo das políticas públicas, isso implica a necessidade de deslocar o foco da simples inclusão formal para a construção de estratégias que reconheçam e dialoguem com essas experiências, incorporando a pluralidade não como problema a ser administrado, mas como fundamento para a construção de intervenções mais justas e efetivas.

Por sua vez, a noção de cuidado especialmente quando articulada às ecologias do cuidado introduz um princípio organizador que tensiona diretamente a racionalidade individualizante e produtivista característica da governamentalidade neoliberal. Ao enfatizar interdependência, vínculo e responsabilidade coletiva, o cuidado desloca o foco das políticas do reconhecimento formal para a sustentação concreta da vida em sua pluralidade. Dessa forma, o que nas ontologias dissidentes aparece como prática situada e muitas vezes informal, na próxima seção será analisado como horizonte político e institucional, capaz de orientar a construção de políticas públicas mais sensíveis às realidades latino-americanas.

Assim, a transição que se estabelece não é meramente temática, mas analítica: das condições estruturais de regulação e exclusão, passa-se às práticas de resistência e, destas, às possibilidades de institucionalização de alternativas. É nesse movimento que se consolida o argumento central do artigo, ao evidenciar que a transformação das políticas públicas de gênero e sexualidade depende não apenas da ampliação de direitos, mas da incorporação de outras racionalidades já presentes nas experiências dissidentes capazes de reorientar, em profundidade, as formas de governar, conhecer e sustentar a vida social.

Políticas públicas, transfeminismos e ecologias do cuidado

As políticas públicas de gênero e sexualidade na América Latina devem ser compreendidas, antes de tudo, como espaços tensionados por disputas entre racionalidades distintas, e não como instrumentos neutros de promoção de direitos. Nesse sentido, a contribuição de Valencia (2018) permite evidenciar que, em contextos marcados por violência estrutural e precarização da vida, as políticas públicas operam frequentemente de maneira ambivalente: ao mesmo tempo em que ampliam reconhecimento formal, permanecem inseridas em dinâmicas que reproduzem d

esigualdades. Experiências empíricas como a implementação de políticas de proteção a populações LGBTQIA+ em grandes centros urbanos latino-americanos demonstram que, apesar de avanços normativos, persistem altos índices de violência e exclusão social, revelando um descompasso entre institucionalização de direitos e condições concretas de vida. Assim, os movimentos feministas e transfeministas não apenas reivindicam inclusão, mas expõem as limitações estruturais das políticas existentes, evidenciando seu caráter incompleto e contraditório (Valencia, 2018).

A análise de Segato (2021) introduz um deslocamento fundamental ao situar o corpo como território político, permitindo compreender que as políticas públicas incidem diretamente sobre a materialidade das experiências. Diferentemente de abordagens institucionais abstratas, a autora enfatiza que os corpos feminilizados e dissidentes são espaços nos quais se inscrevem tanto a violência quanto a resistência. Um exemplo concreto pode ser observado nas políticas de enfrentamento à violência de gênero que, embora formalmente estruturadas, muitas vezes não alcançam mulheres e pessoas trans em territórios periféricos, onde a presença estatal é limitada e mediada por relações de poder locais. Essa constatação evidencia que políticas centradas apenas em dispositivos legais são insuficientes, pois não consideram a dimensão encarnada e territorial das desigualdades. Assim, a contribuição de Segato reside em recolocar o corpo e a experiência vivida como eixo central de análise crítica das políticas públicas (Segato, 2021).

A noção de comum, desenvolvida por Dardot e Laval (2019), desloca a análise para o plano das formas de organização coletiva, propondo uma crítica direta à lógica individualizante do neoliberalismo. Diferentemente de perspectivas centradas exclusivamente no Estado ou no mercado, o comum aponta para práticas sociais baseadas na cooperação e na corresponsabilidade. Essa abordagem ganha concretude em experiências latino-americanas como cooperativas comunitárias, redes de economia solidária e coletivos de apoio mútuo que emergem em contextos de vulnerabilidade. Ao mesmo tempo, Escobar (2020) amplia essa discussão ao propor as ecologias do cuidado, enfatizando a interdependência entre sujeitos, comunidades e territórios. Em conjunto, esses referenciais não apenas defendem modelos alternativos, mas evidenciam criticamente como as políticas públicas tradicionais tendem a fragmentar a vida social, ao separar dimensões que, na prática, são inseparáveis como cuidado, trabalho, território e relações sociais (Dardot; Laval, 2019; Escobar, 2020).

Esse conjunto de abordagens permite problematizar a centralidade do reconhecimento formal como critério de avaliação das políticas públicas. Em muitos casos, a ampliação de direitos não se traduz em melhorias efetivas nas condições de vida, especialmente quando não são consideradas as dimensões afetivas, comunitárias e territoriais. Um exemplo recorrente é o acesso formal a serviços de saúde por populações trans, que, apesar de garantido em normativas, é frequentemente limitado por práticas discriminatórias, falta de formação de profissionais e ausência de infraestrutura adequada. Esse cenário evidencia que a efetividade das políticas não pode ser reduzida a indicadores quantitativos, exigindo uma análise qualitativa que considere a experiência concreta dos sujeitos. Assim, a crítica não se dirige à existência das políticas, mas à forma como são concebidas e implementadas (Escobar, 2020).

Os transfeminismos latino-americanos desempenham um papel central nesse processo ao tensionarem os limites das categorias normativas de gênero e ao denunciarem as exclusões produzidas no interior das próprias políticas de diversidade. Diferentemente de abordagens mais generalistas, os transfeminismos enfatizam a heterogeneidade interna das populações LGBTQIA+, evidenciando que políticas homogêneas tendem a privilegiar determinados grupos em detrimento de outros. Por exemplo, políticas públicas voltadas à empregabilidade LGBTQIA+ frequentemente beneficiam sujeitos com maior capital educacional, enquanto pessoas trans em situação de vulnerabilidade permanecem à margem. Ao explicitar essas assimetrias, os transfeminismos não apenas ampliam o escopo das políticas, mas introduzem uma crítica interna que revela as hierarquias presentes nos próprios discursos de inclusão (Wayar, 2021).

Outro elemento fundamental refere-se às redes de cuidado comunitário, que emergem como resposta às limitações e ausências do Estado. Em diversos contextos latino-americanos, coletivos feministas e transfeministas organizam práticas de cuidado que incluem acolhimento, distribuição de recursos, apoio psicológico e construção de espaços seguros. Um exemplo concreto são as casas de acolhimento para pessoas LGBTQIA+ expulsas de seus lares, muitas vezes mantidas por organizações da sociedade civil. Essas iniciativas demonstram que o cuidado não é apenas uma dimensão privada, mas uma prática política que sustenta a vida em contextos de precariedade. Ao mesmo tempo, evidenciam que tais práticas frequentemente operam sem reconhecimento ou apoio institucional, revelando a dependência das políticas públicas em relação a iniciativas que permanecem à margem do Estado (Segato, 2021).

A incorporação das ecologias do cuidado no campo das políticas públicas exige, portanto, uma reconfiguração mais profunda do que simples ajustes programáticos. Trata-se de superar a fragmentação setorial que caracteriza a ação estatal, articulando áreas como saúde, educação, assistência social e direitos humanos de forma integrada. No entanto, essa integração enfrenta limites concretos, como a burocratização, a falta de coordenação interinstitucional e a predominância de métricas quantitativas. Experiências locais que articulam políticas intersetoriais – como programas territoriais integrados em periferias urbanas – indicam avanços possíveis, mas também revelam a dificuldade de sustentar tais iniciativas em larga escala. Assim, a proposta das ecologias do cuidado não deve ser compreendida como solução normativa, mas como horizonte crítico que evidencia as insuficiências estruturais das políticas existentes (Escobar, 2020).

É necessário reconhecer que a incorporação dessas perspectivas no campo das políticas públicas ocorre em meio a conflitos e disputas. A proposta do comum, as práticas transfeministas e as ecologias do cuidado tensionam diretamente a racionalidade neoliberal que orienta grande parte das instituições contemporâneas. Essas tensões se manifestam, por exemplo, na resistência institucional à participação social efetiva ou na dificuldade de reconhecer saberes não hegemônicos como legítimos. Contudo, tais conflitos não indicam fragilidade, mas revelam a vitalidade do campo e a existência de alternativas concretas em disputa. Assim, mais do que prescrever modelos, essa análise evidencia que as políticas públicas de gênero e sexualidade devem ser compreendidas como processos abertos, nos quais diferentes projetos de sociedade se confrontam e se reconfiguram continuamente (Dardot; Laval, 2019; Escobar, 2020).

Nesse sentido, as políticas públicas, longe de constituírem instâncias exclusivamente regulatórias, revelam-se como espaços estratégicos de disputa entre racionalidades concorrentes. Por um lado, permanecem ancoradas em lógicas neoliberais, coloniais e frequentemente necropolíticas, que operam por classificação, hierarquização e gestão diferencial da vida. Por outro, são continuamente tensionadas por práticas sociais que introduzem princípios alternativos, como o comum, o cuidado e a interdependência. A análise dos transfeminismos e das ecologias do cuidado evidenciou que essas práticas não apenas denunciam as limitações das políticas existentes, mas antecipam, ainda que de forma situada e fragmentária, modos outros de organizar a vida social.

É precisamente a partir dessa tensão que se abre o campo de reflexão que orienta a seção seguinte. Ao invés de compreender as racionalidades contemporâneas como blocos homogêneos, torna-se necessário analisá-las em sua dimensão contraditória, reconhecendo que a produção da vida social se dá no entrecruzamento entre dispositivos de controle e práticas de criação. A noção de produção da vida, nesse contexto, desloca o foco da análise das estruturas formais para os processos concretos pelos quais a vida é sustentada, regulada e transformada, incorporando dimensões materiais, simbólicas e relacionais.

Assim, a passagem para a discussão sobre *Racionalidades contemporâneas, produção da vida e horizontes de transformação* não representa uma ruptura, mas uma ampliação do horizonte analítico. Se as seções anteriores evidenciaram os mecanismos de poder e suas formas de contestação, a próxima etapa do argumento buscará compreender em que medida as práticas emergentes especialmente aquelas ancoradas no cuidado, no comum e na pluralidade das experiências podem ser interpretadas como indícios de reconfiguração mais ampla das racionalidades que orientam a vida social. Trata-se, portanto, de investigar não apenas os limites das formas atuais de organização, mas as possibilidades concretas de transformação que emergem no interior das próprias contradições do presente.

Racionalidades contemporâneas, produção da vida e horizontes de transformação

A análise desenvolvida ao longo deste artigo permite deslocar o foco da identificação de dispositivos isolados de poder para a compreensão de uma ecologia de racionalidades que incidem simultaneamente sobre a produção da vida. Mais do que reiterar categorias como governamentalidade, colonialidade ou necropolítica, importa evidenciar como essas racionalidades se entrelaçam operativamente, produzindo um regime complexo no qual a vida é, ao mesmo tempo, incentivada, regulada, precarizada e, em determinados casos, tornada descartável. O avanço analítico, nesse ponto, consiste em compreender que não se trata de esferas distintas, mas de uma mesma lógica diferencial de gestão da vida, na qual inclusão, reconhecimento e proteção coexistem com exclusão, invisibilização e abandono.

Essa leitura permite superar uma compreensão linear das políticas públicas de gênero e sexualidade, frequentemente interpretadas apenas como instrumentos

de ampliação de direitos. Ao contrário, tais políticas devem ser analisadas como dispositivos ambivalentes, cuja eficácia não pode ser avaliada exclusivamente pela expansão normativa, mas pela forma como reorganizam ou não as condições concretas de sustentação da vida. Em contextos latino-americanos, essa ambivalência torna-se particularmente visível quando políticas de reconhecimento coexistem com a persistência de violências estruturais, indicando que a formalização de direitos não altera, por si só, os regimes materiais e simbólicos que produzem desigualdade.

O elemento decisivo que emerge dessa síntese é a centralidade da produção da vida como categoria analítica. Diferentemente de abordagens centradas apenas na regulação ou no reconhecimento, pensar a produção da vida implica considerar os processos pelos quais a existência é efetivamente sustentada no cotidiano incluindo dimensões materiais, afetivas, territoriais e relacionais. Isso desloca a análise para além das instituições formais, permitindo compreender o papel das redes comunitárias, das práticas de cuidado e das formas coletivas de organização que operam, muitas vezes, como condição de possibilidade da própria sobrevivência em contextos de precariedade. Assim, aquilo que frequentemente aparece como suplementar ou informal revela-se estrutural para a manutenção da vida social.

Esse deslocamento também permite reavaliar criticamente o alcance das racionalidades dominantes. Se, por um lado, elas demonstram elevada capacidade de adaptação incorporando discursos de diversidade, inclusão e reconhecimento, por outro, mantêm inalterados os mecanismos que produzem desigualdades profundas. O resultado é a consolidação de um regime no qual a diferença é parcialmente reconhecida, desde que compatível com determinadas condições de inteligibilidade e funcionalidade. Nesse sentido, a crítica não se dirige apenas à exclusão direta, mas às formas sutis de inclusão condicionada que operam como mecanismo de estabilização das hierarquias existentes.

É nesse ponto que as práticas analisadas nas seções anteriores – especialmente aquelas vinculadas às ontologias dissidentes, aos transfeminismos e às redes de cuidado adquirem relevância estratégica. O avanço interpretativo consiste em reconhecê-las não apenas como formas de resistência, mas como experimentações concretas de outras racionalidades. Tais práticas não operam exclusivamente no registro da negação, mas produzem, no cotidiano, modos alternativos de organizar relações, distribuir recursos e sustentar a vida. Isso significa que os horizontes de transforma-

ção não se encontram apenas em projetos futuros ou em reformas institucionais, mas já se manifestam, ainda que de forma fragmentária, em experiências situadas.

A noção de horizonte de transformação, nesse contexto, não deve ser compreendida como projeção normativa de um modelo ideal, mas como campo de possibilidades inscrito nas próprias contradições do presente. As tensões entre regulação e autonomia, entre reconhecimento e exclusão, entre institucionalização e práticas informais indicam que a realidade social é atravessada por dinâmicas que não se estabilizam completamente. É justamente nessa instabilidade que se abrem brechas para a emergência de novas formas de vida, capazes de reconfigurar, ainda que parcialmente, os regimes existentes.

A principal inflexão analítica proposta por esta seção reside na recusa de uma leitura dualista entre dominação e emancipação. A produção da vida contemporânea deve ser compreendida como um processo simultaneamente atravessado por dispositivos de controle e por práticas de criação, sem que um polo elimine o outro. As políticas públicas de gênero e sexualidade, nesse quadro, configuram-se como arenas privilegiadas dessa disputa, nas quais diferentes racionalidades neoliberais, coloniais, comunitárias e dissidentes se confrontam, se sobrepõem e, em alguns casos, se reconfiguram mutuamente. Assim, o horizonte de transformação não se apresenta como ruptura total, mas como processo contingente, situado e permanentemente em construção, no qual se redefine, de forma contínua, o próprio sentido de viver, cuidar e existir em comum.

Considerações finais

Este artigo avança no campo dos estudos sobre políticas públicas de gênero e sexualidade ao propor uma leitura integrada que desloca a análise de abordagens fragmentadas para a compreensão de uma arquitetura complexa de produção da vida, na qual se entrelaçam racionalidades neoliberais, matrizes coloniais e práticas insurgentes. A principal contribuição reside em demonstrar que tais políticas não podem ser avaliadas apenas por sua capacidade normativa ou institucional, mas devem ser analisadas a partir de seus efeitos concretos na organização diferencial da vida isto é, na forma como produzem simultaneamente reconhecimento, regulação e precarização.

Do ponto de vista teórico, o artigo oferece três inflexões centrais. Em primeiro lugar, explicita que governamentalidade, colonialidade e necropolítica não operam como

categorias isoladas, mas como dimensões interdependentes de um mesmo regime de poder, cuja eficácia reside precisamente em sua capacidade de combinar inclusão formal e exclusão material. Em segundo lugar, introduz a noção de produção da vida como eixo analítico capaz de superar leituras centradas exclusivamente na regulação ou no reconhecimento, permitindo evidenciar o papel estruturante de práticas frequentemente invisibilizadas, como o cuidado e as redes comunitárias. Em terceiro lugar, reposiciona as ontologias dissidentes e os transfeminismos não apenas como críticas ao sistema, mas como campos ativos de experimentação de outras racionalidades sociais.

No plano empírico-interpretativo, a análise evidencia que a distância entre direitos formalmente instituídos e condições reais de existência constitui um dos principais limites das políticas públicas contemporâneas na América Latina. Casos recorrentes, como o acesso desigual a serviços de saúde por populações trans, a persistência de violência em contextos com marcos legais avançados ou a dependência de redes comunitárias para a sobrevivência em territórios periféricos, demonstram que a efetividade das políticas depende menos de sua formulação normativa e mais de sua capacidade de incidir sobre condições materiais, territoriais e relacionais.

A partir desses elementos, o artigo sustenta que o principal desafio contemporâneo não consiste apenas em ampliar direitos, mas em reconfigurar os próprios fundamentos das políticas públicas. Isso implica deslocar o foco de modelos universalizantes para abordagens situadas, incorporar saberes produzidos nas margens e reconhecer o cuidado e o comum como dimensões estruturantes e não complementares da ação pública. Trata-se, portanto, de uma mudança de racionalidade, e não apenas de aprimoramento técnico.

Como desdobramento teórico, abre-se um campo de investigação orientado à análise das políticas públicas como dispositivos de produção da vida, o que permite articular dimensões até então tratadas de forma separada, como subjetividade, território, materialidade e afetividade. No plano político, os achados indicam a necessidade de fortalecer mecanismos de participação efetiva, apoiar institucionalmente práticas comunitárias já existentes e desenvolver políticas intersetoriais capazes de responder à complexidade das experiências sociais. Mais do que propor modelos fechados, o artigo aponta para a construção de políticas abertas, processuais e sensíveis às dinâmicas locais.

A contribuição central deste estudo reside em evidenciar que as transformações no campo das políticas públicas de gênero e sexualidade não dependem exclusivamente de reformas institucionais, mas da incorporação de outras formas de produzir, sustentar e reconhecer a vida. É nesse deslocamento da norma para a vida, da universalidade para a pluralidade e da regulação para a co-produção que se situam os horizontes mais consistentes de transformação social.

Referências

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI*. São Paulo: Boitempo, 2019.

ESCOBAR, Arturo. *Designs for the Pluriverse: radical interdependence, autonomy, and the making of worlds*. Durham: Duke University Press, 2018.

ESCOBAR, Arturo. *Pluriversal Politics: the real and the possible*. Durham: Duke University Press, 2020.

HAN, Byung-Chul. *No enxame: perspectivas do digital*. Petrópolis: Vozes, 2018.

HAN, Byung-Chul. *A sociedade do cansaço*. Petrópolis: Vozes, 2020.

LATOUR, Bruno. *Down to Earth: politics in the new climatic regime*. Cambridge: Polity Press, 2018.

LATOUR, Bruno. *After Lockdown: a metamorphosis*. Cambridge: Polity Press, 2021.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MBEMBE, Achille. *Brutalismo*. São Paulo: n-1 edições, 2021.

ROSA, Hartmut. *Resonance: a sociology of our relationship to the world*. Cambridge: Polity Press, 2019.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *O fim do império cognitivo*. Coimbra: Almedina, 2019.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A cruel pedagogia do vírus*. Coimbra: Almedina, 2020.

SEGATO, Rita Laura. *La guerra contra las mujeres*. Madrid: Traficantes de Sueños, 2018.

SEGATO, Rita Laura. *Crítica da colonialidade em oito ensaios*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

STENGERS, Isabelle. *Another Science is Possible: a manifesto for slow science*. Cambridge: Polity Press, 2019.

VALENCIA, Sayak. *Capitalismo gore*. Madrid: Melusina, 2018.

WAYAR, Marlene. *Travesti: una teoría lo suficientemente buena*. Buenos Aires: Muchas Nueces, 2021.